



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS E DE PROTEÇÃO AO TRABALHO MIGRANTE

RESOLUÇÃO CSJT Nº367, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

FORMULÁRIO - PROPOSTA DE PROJETO QUE VISE O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS, BEM COMO A PROTEÇÃO AO TRABALHO DO(A) MIGRANTE, A SER REALIZADO E EXECUTADO EM 2025

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

NOME DOS(AS) GESTORES(AS) REGIONAIS:

GEORGE FALCÃO COELHO PAIVA

EDUARDO SOUTO MAIOR BEZERRA CAVALCANTI

NOME DO PROJETO:

ARTE, EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

1. Resumo/Ações

Este projeto tem como objetivo realizar ações de sensibilização e conscientização sobre o combate ao trabalho escravo moderno, com foco em escolas públicas de ensino médio, nos municípios de João Pessoa e algumas outras localidades no interior do estado, a exemplo de Campina Grande e Alagoa Grande (esta última



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

cidade especificamente, em razão de que essa era a origem da maioria dos trabalhadores resgatados, na última ação fiscalizatória, realizada em Fevereiro/2025). A previsão é que os eventos aconteçam nos meses de agosto, setembro e outubro de 2025. Nos meses antecedentes, os juízes gestores do Programa deverão realizar visitas prévias às escolas, mantendo tratativas com os professores e direção das instituições de ensino, com o intuito de instigá-los a trabalhar os temas propostos em sala de aula, a partir do material existente (Cartilhas, cadernos, canetas e bonés).

A escolha desse público-alvo é estratégica, pois os alunos dessas instituições estão em uma fase crucial de transição para o mercado de trabalho, o que os torna receptivos a informações sobre seus direitos e responsabilidades. Além disso, esses jovens têm o potencial de levar o conhecimento para seus pais e comunidades, desempenhando um papel multiplicador na disseminação das informações.

Em 2024, foram realizadas com sucesso duas edições desse projeto, em escolas públicas de João Pessoa e Guarabira. A participação ativa e o engajamento dos alunos demonstraram a eficácia da ação e seu impacto positivo, o que revela a necessidade da continuidade ao trabalho, em 2025. Nesse ano, a inclusão da cidade de Alagoa Grande decorreria do grande número de trabalhadores resgatados na última ação fiscalizatória no estado da PB (fevereiro/2025). A missão permanece a mesma: educar e sensibilizar, de forma lúdica, sobre a grave questão do trabalho escravo moderno, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Durante os eventos, o grupo de teatro do TRT-13 (FORMADO POR SERVIDORES DO TRIBUNAL) realizará uma encenação sobre o tema "Trabalho Escravo Contemporâneo", proporcionando aos alunos, de forma impactante, a possibilidade de compreender as condições de trabalho análogas à escravidão, nos dias de hoje. Em seguida, será ministrada uma palestra educativa pelos juízes gestores regionais, abordando as formas atuais de escravidão e as condições que caracterizam esse tipo de exploração de mão de obra. Para reforçar a mensagem, serão distribuídos materiais educativos, como cartilhas e bonés com frases impactantes sobre o tema. A ideia é que os alunos possam levar o material para casa, compartilhando com seus pais e familiares. O evento será encerrado com uma dinâmica de perguntas e respostas seguida da entrega



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

de premiação à melhor redação previamente elaborada sobre os temas abordados.

2. Objetivos

Objetivo Geral:

Sensibilizar alunos de escolas públicas de ensino médio nos municípios de João Pessoa, Campina Grande e Alagoa Grande, sobre os impactos do trabalho análogo à escravidão. O intuito é conscientizá-los sobre as condições de exploração e como prevenir e combater esse grave problema social, além de incentivá-los a compartilhar essas informações com suas famílias e comunidades.

Objetivos Específicos:

1. Realizar atividades de sensibilização em escolas públicas de ensino médio, em João Pessoa, Campina Grande e Alagoa Grande, com o objetivo de disseminar informações sobre o trabalho análogo à escravidão e suas consequências.
2. Promover a reflexão e o aprendizado sobre o tema do trabalho análogo à escravidão, por meio de apresentações teatrais e palestras educativas.
3. Fornecer materiais pedagógicos, como cartilhas, para que os alunos compartilhem com suas famílias, incentivando a multiplicação do conhecimento sobre o tema.
4. Estimular a participação ativa dos alunos por meio de dinâmicas de perguntas e respostas, premiando os alunos com maior compreensão sobre o conteúdo apresentado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

5. Fomentar a reflexão sobre a inserção dos alunos no mercado de trabalho, destacando a importância de se identificar e combater situações de exploração no ambiente de trabalho.

3. Justificativa

O projeto de sensibilização sobre o trabalho análogo à escravidão é uma ação preventiva essencial no combate à violação dos direitos humanos. Ele se alinha com o **Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante**, que visa a conscientização e a erradicação do trabalho análogo à escravidão, promovendo a dignidade e condições justas de trabalho.

Essa ação de prevenção é fundamental, pois visa atuar diretamente com jovens em fase de inserção no mercado de trabalho, capacitando-os para reconhecer e combater práticas de exploração. Ao conscientizar os estudantes sobre os direitos trabalhistas e as condições degradantes que caracterizam o trabalho análogo à escravidão, busca-se impedir que se tornem vítimas dessa prática, além de formá-los como agentes de mudança, capazes de disseminar essas informações em suas famílias e comunidades.

Além disso, o projeto se alinha com a Política Judiciária Nacional de Trabalho Decente, instituída em agosto de 2023, que tem como objetivo garantir condições de trabalho dignas e eliminar qualquer forma de exploração no Brasil. Essa política reforça a necessidade de ações preventivas e educativas para erradicar práticas como o trabalho análogo à escravidão, promovendo o acesso ao trabalho decente para todos.

A iniciativa também está em consonância com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da **Agenda 2030 da ONU**, especialmente o ODS 8, que visa promover o trabalho decente e o crescimento econômico, e o ODS 10, que busca reduzir as desigualdades.

Dessa forma, a realização das ações nas escolas públicas de João Pessoa, Campina Grande e Alagoa Grande é um passo importante na prevenção ao trabalho análogo à escravidão e na promoção da cultura do trabalho decente, alinhando-se às políticas nacionais e internacionais de combate à exploração e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

violação dos direitos dos trabalhadores.

4. Período/Etapa de realização

Planejamento e Organização (Maio a Julho de 2025):

- Definição das escolas públicas de ensino médio que participarão da ação, nos municípios de João Pessoa, Campina Grande e Alagoa Grande.
- Contato e agendamento com as instituições de ensino, para confirmar datas e logística.
- Produção do material educativo (cartilhas, bonés, cadernos e canetas) que serão entregues aos alunos durante os eventos.
- Organização da equipe de palestrantes, atores e outros profissionais envolvidos nas apresentações e atividades.

Execução das Ações de Sensibilização (Agosto, Setembro e Outubro de 2025):

- Apresentações teatrais e palestras nas escolas, com o objetivo de sensibilizar os alunos sobre o tema do trabalho análogo à escravidão.
- Entrega de materiais educativos aos alunos para disseminação das informações dentro de suas comunidades e famílias.
- Realização de dinâmicas de perguntas e respostas para estimular a participação ativa dos estudantes e premiar os alunos que demonstrarem maior compreensão sobre o conteúdo abordado.

Acompanhamento e Avaliação (Novembro de 2025):

- Acompanhamento da eficácia da ação, através de diálogo com professores e diretores das escolas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Avaliação do impacto da ação na conscientização dos alunos sobre o trabalho análogo à escravidão e as medidas preventivas.
- Análise do alcance da ação, com a distribuição de materiais educativos e a multiplicação das informações nas comunidades dos alunos.

5. Custos necessários e previstos para a produção e o desenvolvimento do projeto:

Orçamento Total

1. Diárias

- **Servidores QUE COMPÕEM O GRUPO DE TEATRO (Meia diária: R\$ 322,20 por ida):**
 - **8 servidores, 2 viagens (Campina Grande e Alagoa Grande):**
 - $R\$ 322,20 \times 8 \text{ servidores} \times 2 \text{ viagens} = R\$ 5.158,40$

2. Brindes e Materiais

- **Bonés (300 unidades a R\$ 20,00 cada):**
 - $300 \text{ bonés} \times R\$ 20,00 = R\$ 6.000,00$
- **Cartilhas (400 unidades a R\$ 10,00 cada):**
 - $400 \text{ cartilhas} \times R\$ 10,00 = R\$ 4.000,00$

6. Valor total estimado do projeto:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Total Geral: R\$ 15.158,40

Em ____/____/____

Assinatura